

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 2014

**FEDERAÇÃO E SINDICATO HOMENAGEADOS COM
A MAIS ALTA COMENDA DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**



ladeado pelos deputados Roberto Henriques, Paulo Ramos e o deputado federal Otavio Leite, Luiz Sergio exhibe a Medalha e o diploma

Com autoria dos deputados Paulo Ramos e Roberto Henriques, a Assembleia Legislativa aprovou por indicação dos mesmos, a outorga da Medalha Tiradentes a mais alta comenda do Poder Legislativo, a Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia e ao Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro.

A entrega das medalhas ocorreu no último dia 19 (sexta feira), durante o transcurso das comemorações pelos 98 anos do sindicato, também chamado de "Jubileu de Pinheiro", no auditório do sindicato.

Nas suas falas, os deputados Paulo Ramos e Roberto Henriques, enalteceram a longevidade do Sindicato e sua marcante presença na sociedade, assim como, a Federação pelo conjunto da obra se fez merecedora da honraria. Ambas as entidades tem se dedicado com denodo, a defesa dos interesses da profissão assim como, pela manutenção de suas prerrogativas. O Deputado Roberto Henriques, lembrou que atualmente ambas as entidades estão lutando pela preservação da profissão de Técnico em Contabilidade, campanha esta de repercussão em toda sociedade por defender a manutenção de 200.000 postos de trabalho pelos próximos anos. Paulo Ramos afirmou que a combatividade das entidades, em particular a Federação em nome das demais, foi o que alavancou a fixação do piso salarial estadual, para os Técnicos e Contadores.

O Contador Luiz Sergio presidente da Federação, primeiro a agradecer a honraria, lembrou das ações desenvolvidas em conjunto com Paulo Ramos ao longo dos anos, para finalmente ver conquistado o piso salarial e afirmou que a preservação do Técnico se tornará realidade.

A Presidente do Sindicato Contadora Lygia Maria, ao encerrar a solenidade, agradeceu a merecida homenagem ao Sindicato, ressaltando a importância do mesmo no contexto da profissão e que os 98 anos foram conquistados com muito trabalho e dedicação, por todos aqueles que já dirigiram a entidade.



Lygia Maria mostra o diploma e a medalha, ladeada pelos deputados Paulo Ramos, Roberto Henriques e Otavio Leite, este ultimo deputado federal.

Fonte: FEDCONT RJ, ES E BA

MÁRCIO HOLLAND DEFENDE REFORMA TRIBUTÁRIA MAIS AMPLA

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, defendeu hoje o andamento da agenda de reforma tributária. "Temos reduzido tributos sobre produção e investimento, mas ainda há muito a fazer", disse nesta segunda-feira, durante sua participação em evento promovido no Rio pela Firjan, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo jornal Valor Econômico. Segundo ele, o governo tem tomado medidas para reduzir a carga tributária sobre o investimento e a produção, entre elas a desoneração da folha de pagamento. Porém, ele ressaltou que ainda é preciso avançar, principalmente em debates como o do ICMS, protagonista da "famosa guerra fiscal". Sem precisar quais serão as medidas adotadas pelo

governo nessa área, Holland garantiu que, assim como a guerra dos portos foi superada, o Brasil também está prestes a superar a guerra fiscal.

Infraestrutura

Holland também defendeu a ampliação dos investimentos em infraestrutura no País, principalmente por meio do programa de concessões. "Os investimentos em infraestrutura são importantes para fornecer serviços de qualidade e reduzir custos de produção em geral", disse.

Segundo Holland, diversos gargalos já têm sido solucionados por meio desses investimentos. "Precisamos muito mais", frisou. "Esse vetor, esse drive de produtividade e competitividade, atrai investimentos estrangeiros, representa projetos altamente atrativos, resolve gargalos, promove efeito multiplicador sobre a economia, reduz custo de transação, e ao mesmo tempo melhora serviços."

"A cada rodada descobrimos que tem mais ainda a fazer. Agenda não deve ter volta, tem de ser modernizada, acelerada. Temos de modernizar todo processo de concessão, regulação, preparação de instrumentos financeiros para fazer funding, papel de bancos privados. Isso no Brasil está se construindo de forma interessante", acrescentou.

O secretário também destacou a importância de valorizar a formação de mão-de-obra qualificada. Ele destacou que o governo da presidente Dilma Rousseff já tem atuado nessa frente, com a criação de quase 8 milhões de vagas no Pronatec, e disse que as matrículas continuarão a ser ampliadas.

Economia

mundial

O secretário avaliou que a economia mundial está iniciando o processo de recuperação econômica. "Esse início de recuperação da economia mundial tem sido mais gradual e modesto do que esperávamos, mas está acontecendo".

Apesar de não ser muito sólida, a retomada, de acordo com o secretário, deve trazer melhores anos para o comércio mundial. "Vislumbramos anos melhores". O Brasil, contudo, mostrou resistência "muito grande", a despeito de um cenário não tão favorável internacionalmente, disse. "O Brasil tem mostrado que tem bons fundamentos. Adquirimos capacidade

de crescimento melhor do que no passado". "A despeito da crise mundial, o Brasil teve um crescimento de 2,8% na média anual, com alta de 5,7% no investimento em média. O nível de reservas do Brasil também cresceu, como um importante colchão de liquidez", disse. Segundo o secretário, a crise financeira mundial provocou aumento de 40 pontos percentuais na dívida bruta de outros países, enquanto no Brasil o avanço foi de 4 pontos percentuais. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland, afirmou há pouco que a economia está passando por um ajuste em prol da redução da inflação. Segundo ele, após um crescimento intenso das carteiras de crédito livre, esse avanço desacelerou para um ritmo de 5% ao ano. Além disso, ele disse que a política em relação aos preços administrados está sendo cumprida normalmente. "Os preços administrados estão se corrigindo conforme o calendário. Não há esse represamento de preços como se fala por aí", frisou. Holland ainda defendeu a política econômica do governo da presidente Dilma Rousseff, principalmente os mecanismos anticíclicos adotados após a crise de 2008. "Com política anticíclica, conseguimos sustentar o mercado brasileiro", afirmou.

"Hoje praticamente não tem IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre bens de capital e materiais de construção. Reduzimos custos financeiros para investimentos no Brasil", acrescentou o secretário. Segundo ele, o governo tem alta preocupação em manter a malha industrial brasileira.

Fonte: Diário de Pernambuco de 22/09/2014

ANAC EXIGE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE HABILITADO EM EMPRESAS BRASILEIRAS DE AVIAÇÃO

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) regulamentou a elaboração das demonstrações contábeis das empresas brasileiras que exploram

serviços aéreos. A Resolução Anac nº 342, de 9 de setembro de 2014, fornece as diretrizes para o registro dos fatos contábeis e define exigências específicas de padronização da documentação.

Além de atender às Normas Brasileiras de Contabilidade e à legislação societária vigente, as empresas de aviação deverão apresentar à Anac, até o último dia útil de janeiro de cada ano, documentos que comprovem a contratação de profissionais da Contabilidade legalmente habilitados como responsáveis pelas demonstrações contábeis e pelos serviços de Auditoria Independente.

A Resolução Anac nº 342/2014 estabelece ainda outras exigências, como a adequação dos planos de contas, que devem agora registrar as receitas e despesas dos serviços aéreos separadamente das outras atividades da empresa, a instituição do exercício social com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano e a obrigatoriedade de arquivar os documentos e demonstrações contábeis originais pelo prazo mínimo de cinco anos, contados a partir da data de protocolo.

A Resolução Anac nº 342/2014 foi publicada no *Diário Oficial da União* em 11 de setembro de 2014. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 e revoga as Portarias SPL nº 218/90, SPL nº 423/92, DAC nº 689/2001 e SSA nº 1.334/2004.

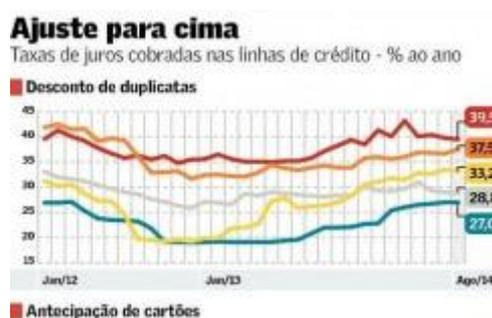
Fonte: Imprensa CRC/SP 19/09/2014 E CRC/RJ

CAI DISTÂNCIA ENTRE TAXAS DE BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS



A despeito de a taxa Selic ter parado de subir em abril, ficando desde então em 11% ao ano, os bancos não interromperam por completo o processo de elevação das taxas de juros que cobram dos clientes, o que garante o crescimento recente dos spreads que aparece nas estatísticas do Banco Central.

A última rodada de aumento foi protagonizada pelos dois maiores bancos públicos do país, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que fizeram a recomposição das taxas com certo atraso, na comparação com os concorrentes privados, em um processo desencadeado pelo início do ciclo de aperto monetário, em março de 2013.



Esse último movimento dos bancos públicos reduziu de forma importante o vão que foi criado entre as taxas cobradas por eles e os rivais privados, especialmente depois que a presidente Dilma Rousseff exortou as instituições a reduzirem suas taxas, no início de abril de 2012.

No cheque especial, em que o exemplo é mais drástico devido ao tamanho das taxas, Itaú, Bradesco e Santander tinham taxa média anual 26 pontos percentuais acima da cobrada por BB e Caixa, também em média, antes do pedido de Dilma. Depois que os bancos federais derrubaram as taxas, essa diferença ficou na casa de 100 pontos até dezembro de 2013 e vem caindo desde então, marcando 63 pontos na média de agosto, conforme levantamento feito pelo Valor com base nos dados do Banco Central.

Até mesmo no crédito consignado para os aposentados e pensionistas do INSS o vão diminuiu, saindo de 5,2 pontos percentuais ao ano há um ano para 3,3 pontos em agosto, com BB e Caixa se aproximando dos competidores privados, que estão com os juros estacionados próximos do teto permitido pelo Ministério da Previdência, de 29% ao ano, ou 2,14% ao mês.

No segmento empresarial, o movimento foi semelhante na linha de desconto de duplicatas. No início do ano, a diferença média das taxas anuais cobradas por bancos públicos e privados era de 9 pontos percentuais. Em agosto, ela diminuiu para 5 pontos.

A diferença só não caiu de forma generalizada porque os privados aproveitaram a folga proporcionada pelos públicos para também subir suas taxas em algumas linhas, como ocorreu no crédito pessoal não consignado no caso das pessoas físicas e na antecipação de recebíveis de cartão de crédito entre as pessoas jurídicas (ver gráfico).

Na linha de capital de giro de longo prazo com juro flutuante atrelado ao CDI, usada especialmente por grandes corporações, o movimento acompanhou a alta da Selic e o único destaque foi a confirmação de que a Caixa reduziu de forma importante as concessões para as maiores companhias, já que a taxa média cobrada pelo banco federal subiu para 19% ao ano, ante uma média de 15,5% dos concorrentes, o que neste segmento é uma diferença relevante.

É interessante observar, contudo, que mesmo que os bancos tivessem parado de elevar as taxas cobradas haveria crescimento da margem bruta que fica com eles.

E isso ocorre porque o custo de captação das instituições vem caindo. Conforme dados do Banco Central, o custo médio pago pelos bancos aos investidores saiu de um piso de 7,7% em dezembro de 2012, para um pico de 11,8% no primeiro trimestre deste ano, quando ainda havia a expectativa de que a Selic poderia subir mais. Desde então, esse custo diminuiu para 10,9% em julho.

De acordo com o executivo de um grande banco de varejo ouvido pelo Valor, que não quis se identificar, há bastante liquidez no mercado, o que permite que os bancos venham captando recursos com juros mais baixos.

Se houvesse disposição dos bancos privados para recuperar a participação de mercado perdida nos últimos anos, este seria o cenário ideal. Mas não é o que os agentes de mercado têm notado. As instituições têm operado com muita cautela e dado prioridade aos clientes de menor risco, especialmente no segmento de empresas.

Os cinco bancos foram procurados, mas não deram entrevista.

Fonte: Valor Econômico S.A. Sicomércio BM 22/09/2014

SERGIO MORO NEGA ACESSO DE CPI, CGU E PETROBRAS A DELAÇÃO PREMIADA

Acordos de delação premiada e depoimentos ainda sem homologação em juízo não podem ser compartilhados. Com esse entendimento, o juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, negou pedidos de acesso a informações apresentados pela Petrobras, pela Controladoria-Geral da União e também pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga supostas irregularidades na estatal.

Ambas queriam saber detalhes de declarações feitas pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa (foto), preso na operação lava jato.



“Reconheço o papel relevante da CGU e das CPIs na investigação criminal e no controle da

Administração Pública. Também enalteço o auxílio que a Petrobras tem prestado para investigação e instrução dos processos nesse feito”, afirma o juiz. “Entretanto, o momento atual, quando o suposto acordo e os sequer foram submetidos à homologação judicial, não permite o compartilhamento, sem prejuízo de que isso ocorra no futuro.”

Moro concentra investigações e Ações Penais abertas contra alvos da operação sem prerrogativa de foro. Ele acabou liberando à CPI cópia de depoimentos judiciais colhidos da testemunha Meire Bonfim Poza, contadora que trabalhou para o doleiro Alberto Youssef.

Segundo a Agência Brasil, membros da comissão tentam outro meio para ter acesso à delação premiada. O presidente da CPI da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), e outros parlamentares têm encontro marcado com os ministros Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal, e Teori Zavascki, relator dos processos da lava jato que tramitam na corte. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, também deve participar da reunião.

Fonte: Revista Consultor juridico 22/09/2014

EXECUÇÃO FISCAL É MAIOR VILÃ DO CONGESTIONAMENTO NA JUSTIÇA, MOSTA CNJ



De cada 100 processos em trâmite na Justiça, um a menos foi resolvido entre 2012 e 2013. A taxa geral de congestionamento do Judiciário em 2013 ficou em 70,9%, quando era de 70% em 2012. O dado é do Conselho Nacional de Justiça e consta do relatório Justiça em Números, que avalia anualmente a produtividade e o desempenho do Judiciário, bem como a sua estrutura. De acordo com o estudo, que será lançado na tarde desta terça-feira (23/9) em Brasília, o número de ações novas na Justiça subiu 1,2%, o acervo está 4,2% maior e o número de casos baixados ou resolvidos

subiu só 0,1%. Em números absolutos: foram 95,14 milhões de processos em trâmite em 2013, dos quais 28,3 milhões entraram no ano passado e 66,8 milhões já estavam na Justiça antes disso. No mesmo ano, os juízes resolveram 27,7 milhões de processos. Ainda que a alta no acervo tenha sido leve, de menos de um ponto percentual, já há quem analise que ela caminha para uma situação insustentável. A vilã dessa história, segundo o CNJ, é a execução — fase de cumprimento do que já foi decidido pelo juiz. Chegou-se a um diagnóstico que vem se repetindo: chegam à Justiça menos execuções que antes, mas elas continuam pressionando o acervo, travadas nos escaninhos do Judiciário.

Em 2013, dos 67 milhões de processos pendentes de julgamento, 36,3 milhões eram de execução. E desses, 30 milhões eram de execução de títulos fiscais. Ou seja, se 40% das ações pendentes de julgamento do país estão em fase de execução, 82% delas resultam da ação do Estado para cobrar dívidas. E se a taxa de congestionamento geral é de 70,9%, ao recortá-la para a fase de execução, esse índice sobe para 86%. Em outras palavras, de cada 100 execuções que estão para ser resolvidas, só 14 o são. É, na prática, o "ganha, mas não leva". E analisando apenas as execuções de títulos extrajudiciais fiscais, a taxa de congestionamento sobe ainda mais, para 91%. Ou seja, o Estado só consegue reaver 9 de cada 100 cobranças que faz no Judiciário. "Tanto o maior quantitativo de casos pendentes de baixa de anos anteriores quanto a maior taxa de congestionamento no ano de 2013 são relacionadas aos processos de execução de título extrajudicial fiscal", analisa o CNJ no relatório. Em um cenário hipotético, o órgão afirma que, se todas as execuções

fiscais fossem retiradas do Judiciário, a taxa de congestionamento global cairia de 70% para 61%. E o número de processos em tramitação cairia de 95 milhões para 64 milhões.

Segundo o CNJ, o cenário deve piorar. A estimativa é que o congestionamento “deverá permanecer alto no próximo ano, já que o quantitativo de casos novos de processos de execução fiscal ultrapassa em 563,4 mil o total de processos baixados dessa 563,4 mil o total de processos baixados dessa classe”.

Fonte: Siscontábil – Notícia de 23/09/2014

Filiado a:



